

## OS FAZERES ARTÍSTICOS NO BRASIL COLONIAL A PARTIR DO LIVRO DOS REGIMENTOS DO DICIONÁRIO DE JUDITH MARTINS

*Angela Brandão<sup>1</sup>*

*Klency Kakazu de Brito Yang<sup>2</sup>*

A presença de artífices, artistas, oficiais mecânicos no Brasil colonial foi importante para a produção de todo tipo de bens para a vida cotidiana dos habitantes e também para a produção dos objetos artísticos. Estes mestres produziam artigos para complementar ou substituir o que era trazido de Portugal ou mesmo aquilo que não era possível trazer.

Minas Gerais era uma região montanhosa distante do litoral. A distância e a dificuldade do transporte faziam com que seus habitantes encontrassem soluções nas matérias primas e mão de obra locais. Apesar disso, o período da mineração consistiu num momento de grande influxo de mão de obra vinda de Portugal, que ensinariam seu ofício aos aprendizes locais. Suas vilas possuíam, nas igrejas, importantes pontos de interação social e religiosa da comunidade, e ali se manifestavam os diversos “fazeres” artísticos e artesanais. Nossa pesquisa se direcionou para compreender os diferentes ofícios mecânicos, sua definição, seus limites de atuação, pois o fazer artístico cabia não a artistas individualizados, mas especialmente a grupos de trabalhadores anônimos.

O ano de 1937 marca o nascimento do SPHAN, tendo como fundador e primeiro diretor Rodrigo de Mello Franco de Andrade. Judith Martins foi contratada como secretária e passou a compor o primeiro grupo de pesquisadores da instituição. Segundo a própria Judith Martins, Rodrigo Andrade era um chefe estudioso e dedicado. Exigia de seus subordinados o mesmo, incentivava o estudo e a pesquisa. Judith Martins foi encarregada de compilar verbetes, citações e documentos, localizados por ela mesma e por outros pesquisadores, documentos referentes aos artistas, artífices e oficiais mecânicos que atuaram em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, publicando um importante dicionário sobre estes artesãos, que foi tomado como a base desta pesquisa: o Dicionário de Artistas e Artífices de Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais, publicado pelo SPHAN em 1974.

De posse do Dicionário, muitas perguntas sobre a autora do livro vieram à tona: afinal esta mulher participou da história da fundação do Iphan e conviveu com brasileiros que fizeram a sua história como Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa. Surgiu, então, o interesse de compreender como a secretária Judith se tornou a pesquisadora, entender a autora significava entender o primeiro objeto de estudo desta pesquisa: seu Dicionário.

Como não há praticamente nada escrito a respeito de Judith Martins, o local mais adequado para obter informações foi a “Superintendência do Iphan em São Paulo”. Com uma única entrevista que Judith Martins concedeu quando ainda era viva, em 1982, à Teresinha Marinho, no projeto “Sphan: Memória Oral<sup>3</sup>”

---

<sup>1</sup> Angela Brandão é professora no Departamento de História da Arte da EFLCH/UNIFESP. Esta pesquisa contou com apoio do CNPq

<sup>2</sup> Graduanda em História da Arte no Departamento de História da Arte EFLCH/UNIFESP, bolsista PIBIC 2012-1013, CNPq.

<sup>3</sup> A se entrevista encontra no livreto: LEITE, João de Souza. Sphan: Memória Oral: depoimento de Judith Martins, nº1, 1987, onde a entrevistada apresenta a formação do Iphan e sua participação no cotidiano do órgão e de seus gestores.

foi possível conhecê-la um pouco melhor e entender o incentivo que recebeu de seu chefe, Rodrigo Andrade, para a compilação dos dados que resultaram no seu Dicionário.

A pesquisa buscava, no Dicionário de Judith Martins, os ofícios que eram praticados nestas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX e procurava estabelecer relações entre os dados, anotações e verbetes, para desenvolver um banco de dados que permitisse ver estas informações por diferentes ângulos, que favorecesse a futuras pesquisas em História da Arte, perceber também se havia ou não sobreposição de tarefas no trabalho destes mestres oficiais.

Os dados apresentados no dicionário foram divididos, para efeito desta pesquisa em: sobrenome, nome, atividade (ofício), matéria prima, ano (da atividade/do documento/do dado), cidade, local, obra, valor (quando houvesse), período (quando tempo durou), anotações 1 (duplicidade de atividade), anotações 2 (duplicidade de valor). É importante ressaltar que foi possível catalogar pelo curto cronograma: 1572 linhas, 72% do livro 1, até a letra “g”.

Assim, foi possível gerar uma planilha em formato Excel, com esses dados, de modo que, separados por colunas, alinhados por diferentes focos de interesses, pudessem criar novas informações por “tabelas dinâmicas”, que datam, somam, separam por períodos, por locais, por ofícios, por matérias primas, atividades, por ano de produção, atividade exercida por artífice.

É um trabalho que permite quantificar dados e produções artísticas, criando diferentes relações para serem exploradas dentro do conhecimento do Historiador da Arte, podendo estabelecer relações entre os valores das obras encomendadas e as matérias primas mais valorizadas no mercado, o preço por peça sacra no período colonial ou o valor da manufatura de artefatos produzidos por estes mestres.

Já nesta etapa do trabalho pudemos constatar e localizar alguns oficiais que transitavam entre diferentes ofícios, que eram canteiros/pedreiros, carpinteiros/marceneiros, carpinteiros/pedreiros, douradores/pintores; alguns transitavam entre ofícios de diferentes matérias primas como carpinteiro (madeira) e pedreiro (pedra), mostrando habilidades e conhecimentos técnicos com diferentes instrumentos e materiais.

É admirável que além deste oficial passar nos exames e pertencer a uma espécie de corporação de ofício ou bandeira, que indica investimento em ferramentas, conhecimento técnico e habilidades desenvolvidas para este ofício e uma determinada representação social, algumas vezes possuía não apenas um ofício, mas dois ou três ofícios diferentes. E, utilizando-se de matérias-primas diferentes, como pedra e madeira, que indicavam diferentes conhecimentos técnicos e domínios no uso de diferentes ferramentas.

Em Portugal, as atividades dos oficiais mecânicos e suas relações entre os diversos ofícios e oficiais eram controladas por regras estabelecidas por regimentos que norteavam a produção artística e artesanal e a qualidade das obras produzidas, bem como as regras para aqueles que ingressassem em cada ofício.

O “Livro dos Regimentos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572)”, um manuscrito com a compilação de vários regimentos, foi transcrito e publicado, com prefácio pelo historiador português Virgílio Correia, em 1926. A partir dessa transcrição, podemos ver que o Livro dos Regimentos apresentava as relações estabelecidas entre os oficiais, o número máximo de aprendizes permitido

por cada oficial dentro de sua loja, o que o solicitante precisava produzir no exame de ofício para ser julgado e aprovado pelo juiz de seu ofício, os valores de multas e taxas a serem pagas, e as mais diversas regras pertinentes a cada ofício.

É natural que o Regimento, empregado na metrópole (Portugal) fosse transferido para a Colônia (Brasil), e sua análise, como parte desta pesquisa, interessava para se saber as habilidades necessárias a que um oficial fosse considerado apto para abrir sua “tenda” e, a partir de então, ter seus próprios aprendizes, se as habilidades e os exames eram específicos para cada oficial e exigiam habilidades distintas, mesmo que trabalhando com a mesma matéria prima.

Era importante saber se um oficial de carpinteiro e um torneiro, mesmo que ambos trabalhavam a madeira, tinham exames que exigiam habilidades semelhantes ou específicas para cada ofício. Entender o quão simples era para um oficial executar a atividade de outro oficial, ou se deveria dominar conhecimentos específicos e técnicas muito distintas para cada ofício, mesmo trabalhando com a mesma matéria prima, em caso de sobreposição de tarefas.

Dentre os muitos ofícios que este regimento apresentava, foram elencados os que dialogavam com os ofícios que Judith Martins organizou em seu Dicionário de 1974. Uma vez elencados os ofícios, seguimos a tentativa de descobrir o que era necessário para se tornar um mestre em seu ofício.

Assim, uma nova tabela foi criada contemplando: o ofício (ourives, lapidário, batifolhas, douradores, picheleiro, latoeiro, serralheiro, guadamecilheiro, pintor, pedreiro, taieiro, carpinteiro, torneiro, oleiro); a matéria-prima; as peças (se produz algum objeto específico); o objeto de exame de ofício (peças produzidas para a aprovação no exame de ofício); o Santo do Ofício (relação entre o ofício e a devoção cristã); as questões do ofício (alguma informação relevante); os equipamentos (do ofício).

O Dicionário Bluteau (1728) (o primeiro da Língua Portuguesa, do século XVIII) foi útil para solucionar as distâncias temporais e elucidar grandes lacunas em termos de definições dos léxicos.

Por este levantamento, foi possível perceber que os exames de ofício eram algo muito minucioso. Exigiam do candidato a disponibilidade de material e ferramentas para executar as peças, muitas destas peças deveriam levar dias para serem concluídas. As peças exigiam que o candidato mostrasse toda a sua habilidade e domínio da técnica e matéria prima na confecção dos objetos solicitados, que eram cheios de detalhes pré-estabelecidos, e que exigiam também do candidato, que este tivesse um senso criativo e estético apurado capaz de agregar à peça seu valor pessoal, isso também era parte do exame e avaliado pelo juiz.

Este estudo contemplou, portanto, fontes que tratam dos Ofícios Mecânicos no período colonial, e o método de trabalho foi o de investigação documental: o primeiro foco foi o “Dicionário de Judith Martins” que é a base da pesquisa e gerou as questões sobre quais eram os oficiais mecânicos no Brasil colonial, como eram as relações de trabalho destes oficiais, sobretudo no que se refere a Minas Gerais, onde existiu tanto uma riqueza de produção artística como uma particular atenção por parte dos órgãos de proteção do patrimônio. Muitos mestres oficiais passaram por estas terras e deixaram suas marcas.

“O Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos de Lisboa” possibilita entender a relação entre o juiz de ofício e o candidato a oficial mecânico, como era seu exame e o que era solicitado a este artífice, que peças ele tinha que produzir. O Dicionário Raphael Bluteau (1728), o primeiro da Língua Portuguesa, permitiu solucionar distâncias temporais e elucidar definições dos ofícios.

Com base nesta pesquisa foi possível perceber, a partir do estudo do material do Dicionário de Judith Martins, que existiu de fato o fenômeno que chamamos de “sobreposição de ofícios” (um oficial examinado poderia realizar trabalhos que não eram seus por direito – embora isso fosse proibido pelo Regimento); alguns dominavam mais de uma técnica (trabalhavam com diferentes matérias primas e instrumentos, e também dominavam conhecimentos diversos). Foi possível estabelecer dados estatísticos com este material e criar relações entre os dados levantados, permitindo novas investigações.

Pelo estudo do “Regimento dos Oficiais Mecânicos” de Lisboa, percebeu-se que existia um alto grau de exigência na avaliação dos candidatos, que estes deveriam estar preparados para pagar o exame, possuir a matéria prima e instrumentos para realizar a prova que poderia durar dias, devido à dificuldade em produzir determinadas peças. O candidato tinha que estar “maduro” em sua técnica e habilidade para conseguir realizar o que era pedido no Regimento.

**Referências Bibliográficas:**

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, 8v. (<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>)

CORREIA, Vergílio Dr. *Livro dos Regimentos officiaes mecanicos da mui nobre e sãpre leal cidade de Lixboa – 1572.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

LEITE, João de Souza. **Sphan: Memória Oral: depoimento de Judith Martins, nº1.** Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró Memória: Rio de Janeiro, 1987.

MARTINS, Judith. **Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVII e XIX em Minas Gerais**, volumes I e II. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional, 1974.